

## **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PLANEJAMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

Patrícia Alves Ramiro

*Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Contato: patriciaalvesramiro@gmail.com*

**Resumo:** Neste trabalho mostramos algumas possibilidades didático-pedagógicas para a construção coletiva de projeto de desenvolvimento do turismo de base comunitária em assentamentos rurais. A conquista da terra pelos movimentos sociais do campo brasileiro é resultado, na grande maioria dos casos, de intensa luta coletiva. Todavia, o acesso à um lote de assentamento de reforma agrária não significa o fim da batalha, mas sim, o início de novas lutas e estratégias para permanência com dignidade e qualidade de vida nessa nova situação. Cada vez mais, percebe-se que o campo não é apenas significado de atividades agrícolas e pecuária, mas que abarca outras atividades denominadas como alternativa não-agrícolas, as quais podem significar opções a serem realizadas tanto no meio rural, quanto no meio urbano. Neste cenário de novas ruralidades, uma das opções que vêm crescendo no país é a prática do turismo no espaço rural. Termo amplo que abrange uma variedade de situações possíveis, desde grandes empreendimentos de hospedagem e lazer até pequenos sítios que abrem suas portas para o recebimento de visitantes. Para que as comunidades rurais tenham autonomia no planejamento, execução e avaliação da atividade, o diálogo entre os saberes acadêmicos e locais pode ser um aliado, desde que saiba respeitar as práticas sociais e necessidades sentidas pelos moradores.

**Palavras-chave:** assentamentos rurais, turismo de base comunitária, extensão rural.

### **Introdução**

Junto ao processo, cada vez mais intenso, de turistificação do país, grupos sociais que, historicamente, permaneceram à margem do mesmo, formando o que na academia denominamos de entorno turístico, ou que, quando inseridos, assumiram posições bastante insatisfatórias, ocupando baixos cargos junto aos empreendimentos, com pouca remuneração e sazonalidade empregatícia passaram, nas últimas décadas, a buscar participação ativa junto à atividade turística através do que denominamos de turismo de base comunitária (SANSOLO; BURSZTYN, 2008). A inserção destes grupos nos roteiros turísticos visa, principalmente, garantir o direito à permanência em seus locais de morada e, ao inserir o recebimento de visitas, possibilita a coexistência da morada e do local de trabalho, combinação de fundamental importância para o reforço e viabilidade da identidade de agricultor. Assim, temos a possibilidade da construção de espaços de moradia e trabalho que devem atuar no sentido da valorização do modo de vida e da preservação ambiental que passam a serem percebidos como atrativos turísticos ou com potencial de sê-lo.

A conquista da terra pelos movimentos sociais do campo brasileiro é resultado, na grande maioria dos casos, de intensa luta coletiva. Todavia, o acesso à um lote de assentamento de reforma agrária não significa o fim da batalha, mas sim, o início de novas lutas e estratégias

para permanência com dignidade e qualidade de vida nessa nova situação. Cada vez mais, percebe-se que o campo não é apenas significado de atividades agrícolas e pecuária, mas que abarca outras atividades denominadas como alternativa não-agrícolas, as quais podem significar opções para geração de renda a serem realizadas tanto no meio rural, quanto no meio urbano. Neste cenário de novas ruralidades, uma das opções que vêm crescendo no país é a prática do turismo no espaço rural. Termo amplo que abrange uma variedade de situações possíveis, desde grandes empreendimentos de hospedagem e lazer até pequenos sítios que abrem suas portas para o recebimento de visitantes, incluindo nesse segmento alguns assentamentos rurais de reforma agrária (CAMPANHOLA; SILVA, 1999, RAMIRO, DIAS, 2011; CAMPOS FILHO, 2010; MELLO, 2010).

Todavia, a própria característica intrínseca à implantação do turismo de base comunitária como possibilidade de geração de renda e sustentabilidade sociocultural conota a necessidade de capacitação dos moradores para implantação, organização, planejamento e gestão da atividade, o que resulta na necessidade de parcerias adequadas, visto a situação de precariedade, comumente presente nessas comunidades, em especial, no que se refere à baixa escolaridade dos moradores. Por este motivo, neste trabalho mostramos algumas possibilidades didático-pedagógicas para a construção coletiva de projeto de desenvolvimento do turismo de base comunitária em assentamentos rurais. A possibilidade aqui apresentada é resultado de oficina realizada como atividade de extensão universitária junto aos moradores do assentamento Porto Velho, município de Presidente Epitácio, decretado estância turística na década de 1990 e localizado no oeste do Estado de São Paulo <sup>1</sup>.

Atendendo a uma demanda dos moradores do referido local, que já haviam a algum tempo tido contato com a possibilidade da implantação do turismo através de curso ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) numa parceria com a Secretaria de Agricultura do município, o desafio do projeto era construir maneiras adequadas para auxiliar os assentados a refletirem sobre suas potencialidades turísticas, tornando-os protagonistas de todas as decisões. Para tanto, foi com base na metodologia de Paulo Freire (1983, 2003) combinada com a adaptação de técnicas de assistência técnica e extensão rural utilizadas para formação e capacitação de agricultores familiares que construo o que denomino aqui de inventariação turística participativa.

---

<sup>1</sup> Atividade realizada foi realizada no barracão comunitário do assentamento Porto Velho, no dia dezesseis de setembro de 2011.

## Metodologia, Resultados e Discussão

Historicamente, nas décadas, de 60 e 70 o desenvolvimento rural se baseava na transferência tecnológica e na ausência da comunidade tanto na elaboração dos projetos quanto na execução. No final da década de 70 ocorreram problemas com essa ferramenta e a partir disso houve algumas mudanças como: conhecimento dos locais, dos grupos beneficiários e de suas tradições se tornando a estratégia principal para a elaboração de projetos e execução. Nos anos 80, uma nova estratégia surgiu, o levantamento de informação foi reduzido ao necessário, levando em consideração as opiniões e o ponto de vista dos grupos beneficiários. Os instrumentos clássicos de pesquisa deram lugar a novos conceitos, mais participativos, muitos deles baseados nas teorias e metodologias da educação popular. Com essa nova técnica, surgiu o "Diagnóstico Rural Rápido" (VERDEJO, 2006). Entretanto, mesmo com estas mudanças, as medidas tomadas pelos projetos acabaram sendo pouco sustentáveis. Como consequência, o processo de identificação participativa se estendeu à execução participativa de projetos. Então se deu voz e voto aos grupos em todos os passos de um projeto, criando, assim, o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). Com o propósito de alcançar informação primária ou de campo na comunidade e tornar os envolvidos em sujeitos do processo, temos que:

O Diagnóstico Rural Participativo (DRP) é um conjunto de técnicas e ferramentas que permite que as comunidades façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a auto gerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. (VERDEJO, 2006, p. 06)

Algumas vantagens do DRP é a possibilidade de contato direto os que planejam a equipe de facilitadores, com as pessoas da comunidade e vice-versa; pois todos participam durante todo o processo do diagnóstico. Facilita o intercâmbio de informação e a verificação desta por todos os grupos da comunidade. Todavia, por ser um a prática utilizada por extensionistas rurais, acredito ser extremamente importante fazermos algumas considerações sobre o termo extensão a partir dos alertas referentes aos riscos semânticos para o uso da palavra realizado por Paulo Freire (1983). A partir da análise linguística da palavra, o autor defende sua inadequação para abordar um processo educativo que se dá entre educadores-educandos e educandos-educadores, no qual deve prevalecer a troca de conhecimentos e não apenas a transmissão dos mesmos entre um que têm a ensinar e outro pronto para receber. Segundo o autor:

Poder-se-ia dizer que a extensão não é isto, que a **extensão é educativa**. E por isto que a primeira reflexão crítica deste estudo vem incidindo sobre o conceito mesmo de extensão, sobre seu ‘campo associativo’ de significação. Desta análise se depreende, claramente, que o conceito de extensão não corresponde a um que-fazer educativo libertador. (FREIRE, 1983, p. 13. grifo da autora)

Freire não recusa que aja a transmissão, todavia, ela é apenas uma parte desse processo da educação como prática da liberdade. As ideias de educadores-educandos e educandos-educadores esclarecem a existência necessária de um processo de comunicação entre os dois lados envolvidos no processo educativo. De acordo com suas ideias (FREIRE, 1983), justamente por ser tarefa fundamental do ‘extensionista’ educar e educar-se, fica difícil aceitar que a prática da extensão seja rotulada por um conceito que a nega em sua essência. Afinal, “como educador, se recusa a domesticação dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de *comunicação*, não ao de *extensão*” (FREIRE, 1983, p. 14).

Foi com essa perspectiva, somadas à pedagogia do oprimido (FREIRE, 2003) que realizamos uma oficina a fim de auxiliar os assentados a refletirem sobre que tipo de turismo desejavam no seu local de vida e de trabalho, quais seus potenciais atrativos a serem visitados e reconhecidos pelo olhar dos outros e quem seriam os potenciais e/ou necessários parceiros para efetivação de seu projeto. Para tanto, a primeira atividade realizada foi a construção coletiva da representação que possuíam sobre o turismo. De uso fácil, a atividade necessita de preparo prévio de vários recortes de figuras de jornais e revista com diversidade grande de cenas, locais, objetos, etc.

Convidados a ficarem em pé em círculo, os recortes são dispostos ao centro da roda em frente aos participantes. Em seguida, solicita-se que observem as figuras no chão e peguem para si aquela que acreditam ter relação com o que pensam sobre o turismo no assentamento. Feito isso, retornam aos seus assentos, quando em sua frente há um recorte com a palavra Turismo escrita ao centro. Um a um, seguem à frente do grupo e colam a figura que escolheram junto ao papel com a palavra e esclarecem, em uma ou em poucas palavras, o porquê da escolha da figura. Ao final da atividade, tem-se um mosaico de palavras que juntas formam a percepção daquele grupo social sobre turismo, trazendo seus anseios, necessidades e desejos em relação à atividade.



Figura 1: Técnica participativa Construção coletiva do conceito de turismo.

Nesse dia, o conceito de turismo formado trazia figuras associadas à diversão, pescaria, embarcação, qualidade de vida, relação campo/cidade, lazer, diversidade de pessoas, dinheiro, comida, futuro, passeios, desenvolvimento, descanso, qualidade de vida, natureza, família, união e crianças.

A segunda técnica foi a do mapa da comunidade. Divididos em grupos de seis, com base na proximidade geográfica no espaço do assentamento, receberam uma cartolina branca e canetas hidrocores, lápis, cola, tesoura, onde desenham o assentamento. Em seguida, cada grupo apresenta sua percepção sobre o espaço físico do assentamento, dando ênfase aos locais que valorizam, tendo como referência a construção ideal do lugar.



Figura 2: Técnica participativa Mapa da comunidade.

Apesar da diversidade dos mapas da comunidade produzidos pelos grupos, conforme referencial dos olhares de cada grupo, pode-se notar que mostram locais significativos para a maioria dos moradores da comunidade. Destacam-se a casa sede, onde também funciona o

posto de saúde e uma sala de informática; recursos naturais inseridos no local, como os rios Paraná e Santo Anastácio margeando alguns lotes, além do destaque para a diversidade de espécies de peixes, além das demarcações das áreas de preservação permanente do assentamento. No tocante à produção, apareceram referências às atividades agropecuárias praticadas, em especial, a pecuária leiteira, criação de porcos e plantio de hortaliças. Quanto aos meios de acesso e estruturas existentes, através dessa técnica, pode-se visualizar a proximidade do local com Rodovia SPU 35 e a ferrovia desativada, além de propriedade privada próxima, como foi o caso do frigorífico desativado, fazendas e pousadas bem próximas à delimitação espacial do assentamento. Por fim, ainda nessa atividade, destacou-se a percepção da fronteira entre o estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Outra técnica de metodologia participativa foi a caminhada transversal e/ou travessia por alguns locais do assentamento sugerido por eles. Seguimos pelos lotes indicados quando aproveitamos para ouvir os relatos dos moradores sobre aquele espaço.



Figura 3: Técnica participativa caminhada transversal e/ou travessia.

Na realidade, essa técnica complementou o desenho dos mapas, quando pudemos compreender de fato alguns dos desenhos apresentados.

A quarta técnica foi a realização coletiva do Calendário de Produção e do calendário das festividades locais. O objetivo é visualizar a produção local conforme grau de importância da prática para os moradores. Leva-se um papel com os meses do ano e espaço para redação das falas. Assim, vão dizendo por ordem de importância para geração de renda familiar quais os principais produtos disponíveis no local. Em seguida, um a um, são organizados conforme época de plantio e colheita e períodos de tempo de seca e de chuva.



Figura 4: Técnica participativa Calendário de produção.

Por meio dessa técnica, podemos detectar, além dos recursos locais disponíveis, os períodos de entressafra, quando a necessidade do trabalho de família é reduzida e os períodos de maiores dificuldades financeiras, caso das épocas de seca, por exemplo. Logo em sequência, detectou-se, através do calendário de festividade, que há dificuldades de organização social e convívio social entre os moradores, visto não haver nenhuma data comemorada por toda a comunidade no espaço do assentamento. Lembraram-se apenas de frequentar ao calendário de evento da área urbana. Nesse caso, fica nítido que esse seria, obrigatoriamente, uma grande barreira a ser vencida caso se deseje a implantação do turismo de base comunitária naquele local.

Por fim, a última técnica aplicada foi o *Diagrama de Venn* (figura 5).



Figura 5: Técnica participativa Diagrama de Venn.

Com desenho de vários círculos inseridos uns nos outros, coloca-se o nome do assentamento no centro. A proposta é descobrir quais são os órgãos públicos e/ou privados que os moradores sentem proximidade ou distância. Assim, conforme vão falando dos locais com os quais se relacionam, vão direcionando, em acordo coletivo discutido enquanto alguém propõe a localização do parceiro no diagrama conforme grau de proximidade. A atividade é bastante satisfatória para o estabelecimento dos possíveis parceiros já próximos e para criação de estratégias de aproximação de parceiros que, embora sejam necessários, ainda permanecem distantes dos membros da comunidade.

### **Conclusões e Referências**

Na realidade ao falarmos em turismo de base comunitária faz-se relevante o envolvimento e da participação das pessoas envolvidas, direta e/ou indiretamente. Mostramos algumas possibilidades didático-pedagógicas para a construção coletiva de projeto de desenvolvimento do turismo de base comunitária em assentamentos rurais, especialmente, durante o primeiro passo para qualquer planejamento turístico que é o momento da inventariação.

Ao nos valermos de metodologias pedagógicas que respeitem os anseios da comunidade e dialoguem sobre as possibilidades e expectativas, acreditamos cumprir o papel educador libertador que faz com que moradores de determinado espaço físico passem da situação de observadores passivos para sujeitos ativos do processo de desenvolvimento do turismo. Isso acontece, pois, ao mesmo tempo em que a comunidade local oferece materiais ao mediador/pesquisador, ela reflete sobre si mesma e transforma-se em sujeito do planejamento do futuro local. Enfim, esperamos ter mostrado que para pensar em turismo de base comunitária, como aquele segmento no qual há a autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários unidas à distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos (cf. BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009), é preciso se utilizar das ferramentas adequadas para a conquista dessa autonomia local e coletiva das comunidades rurais interessadas.

### Referências Bibliográficas:

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano. Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: OLIVEIRA, C. (Org.). Anais do I Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo no Espaço Rural Brasileiro. Piracicaba, 1999.

CAMPOS FILHO, Alberto Viana de. et. al. Turismo de base comunitária em assentamentos de reforma agrária: breve trajetória do Programa Terra Sol do INCRA – BAHIA. Anais do VII Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Porto Alegre, 2010. p. 556-559.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MELLO, Paulo Costa. Agricultura familiar e turismo rural: o assentamento Cana Brava (Unaí/MG). Universidade Federal de Uberlândia, Dissertação de Mestrado em Geografia, 2005.

RAMIRO, Patrícia Alves, DIAS, I. M. Identidade e Turismo nos espaços rurais dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Revista Geográfica de America Central. Número Especial EGAL - Costa Rica. , v.2, p.01 - 16, 2011.

SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de Base Comunitária: potencialidades no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. (orgs.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Letra e Imagem Editora e Produções, 2008. p. 142-161.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático. Brasília: Gráfica da Ascar / EMATER-RS/MDA, 2006.